



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA  
LICENCIATURA EM LETRAS

Antonia Caroline Alves da Silva

**As formas da função acusativa em cartas de amor do sertão pernambucano: entre  
variação e tradição discursiva**

Serra Talhada

2019

Antonia Caroline Alves da Silva

**As formas da função acusativa em cartas de amor do sertão pernambucano: entre  
variação e tradição discursiva**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura  
Plena em Letras da Universidade Federal Rural de  
Pernambuco, campus Unidade Acadêmica de Serra  
Talhada, como requisito obrigatório para a obtenção  
do título de graduado em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Cleber Alves de Ataíde

Serra Talhada

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE  
Biblioteca da UAST, Serra Talhada - PE, Brasil.

S586f Silva, Antonia Caroline Alves da  
As formas da função acusativa em cartas de amor do sertão  
pernambucano: entre variação e tradição discursiva / Antonia  
Caroline Alves da Silva. – Serra Talhada, 2019.  
50 f. : il.

Orientador: Cleber Alves de Ataíde  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura  
em Letras) – Universidade Federal Rural de Pernambuco.  
Unidade Acadêmica de Serra Talhada, 2019.  
Inclui referências.

1. Cartas de amor. 2. Análise do discurso. 3. Escrita. I.  
Ataíde, Cleber Alves de, orient. II. Título.

CDD 400

Antonia Caroline Alves da Silva

**As formas da função acusativa em cartas de amor do sertão pernambucano: entre  
variação e tradição discursiva**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura  
Plena em Letras da Universidade Federal Rural de  
Pernambuco, campus Unidade Acadêmica de Serra  
Talhada, como requisito obrigatório para a obtenção  
do título de graduado em Letras.

Serra Talhada, 12 de julho de 2019

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Cleber Alves de Ataíde  
(UFRPE-UAST)

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Dorothy Bezerra Silva de Brito  
(UFRPE-UAST)

---

Prof. Dr. Emanuel Cordeiro da Silva  
(UFPE)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, por me acompanhar sempre!

A minha filha, Maria Isis, pela força que emerge do amor recíproco e me motiva a prosseguir.

Ao meu pai e a minha mãe, Ivanildo e Gilvânia, pelo incentivo aos estudos e pelo suporte que deram para que eu chegasse até aqui.

Aos meus irmãos, por nos ajudarmos diariamente.

Ao meu marido, José Wellington, pela relação de companheirismo que nos faz evoluir juntos.

Às amigas que a Universidade me presenteou: Tati e Caíla, exemplos de força e caráter.

À turma de letras 2015.1 pelos incríveis e construtivos momentos que empreendemos nessa jornada de 4,5 anos.

Ao professor Dr. Emanuel Cordeiro, meu primeiro orientador, pela paciência que teve ao introduzir-me no incrível mundo da Linguística. À professora Dra. Dorothy Brito, minha primeira professora de linguística, que plantou a sementinha para que eu pudesse amar essa ciência. Hoje, agradeço a ambos por comporem a banca examinadora deste trabalho.

Ao meu atual orientador, professor Dr. Cleber Ataíde, que me aceitou como orientanda mesmo sabendo que eu já estava no fim do curso e, com paciência, inseriu-me no surpreendente mundo das cartas.

Aos membros do grupo do LeDoc, pelo compartilhamento de saberes.

Ao ex-presidente Lula, por permitir a expansão das universidades rumo ao interior, inclusive a criação da Unidade Acadêmica de Serra Talhada, o que possibilitou a formação de estudantes oriundos das camadas populares.

A Camila, assistente social da Universidade, exemplo de profissional humana.

A todos os programas de assistência estudantil oferecidos pela Universidade nos quais fui contemplada: PAI, PAD e PAG. Sem esses auxílios, minha jornada acadêmica ficaria comprometida.

À CAPES, pela bolsa de iniciação à docência concedida no período de 2015 a 2017.

Ao CNPQ, pela bolsa de iniciação científica concedida no período que compreende o desenvolvimento deste estudo, 2018-2019.

Aos professores do curso de letras da UAST, que contribuíram imensamente na minha formação acadêmica e cidadã.

A todos, que pela limitação de espaço e memória não foram citados aqui, mas que contribuíram de certa forma na minha formação enquanto pessoa.

“Pilhei a senhora num erro!”, gritou Narizinho. “A senhora disse: ‘Deixe estar que já te curo!’ Começou com o Você e acabou com o Tu, coisa que os gramáticos não admitem. O ‘te’ é do ‘Tu’, não é do ‘Você’...”

“E como queria que eu dissesse, minha filha?”

“Para estar bem com a gramática, a senhora devia dizer: ‘Deixa estar que já te curo!’”.

“Muito bem. Gramaticalmente é assim, mas na prática não é. Quando falamos naturalmente, o que nos sai da boca é ora o você, ora o tu; e as frases ficam muito mais jeitosinhas quando há essa combinação do você e do tu. Não acha?”

“Acho, sim, vovó, e é como falo. Mas a gramática...”

“A gramática, minha filha, é uma criada da língua e não uma dona. O dono da língua somos nós, o povo; e a gramática – o que tem a fazer é, humildemente, ir registrando o nosso modo de falar. Quem manda é o uso geral e não a gramática. Se todos nós começarmos a usar o tu e o você misturados, a gramática só tem uma coisa a fazer...”

“Eu sei o que é que ela tem a fazer, vovó!”, gritou Pedrinho. “É pôr o rabo entre as pernas e murchar as orelhas...”

**(Trecho da obra *Sítio do Picapau Amarelo* de autoria de Monteiro Lobato)**

## RESUMO

O presente trabalho objetiva investigar as formas de referência ao interlocutor na função acusativa, em cartas amorosas escritas na década de 50, do século XX. Quanto ao material de análise, utilizamos um *corpus* composto por 22 cartas de amor escritas por pessoas não ilustres do sertão pernambucano, sendo 21 missivas narradas por um missivista masculino e 1 carta redigida por uma missivista feminina, já previamente coletadas pelos membros do projeto Para a História do Português Brasileiro – Equipe Regional de Pernambuco. Para tanto, nos baseamos nas orientações teórico-metodológicas da Sociolinguística Histórica e do conceito de Tradições Discursivas. Metodologicamente, realizamos a identificação dos contextos de ocorrência das formas acusativas de referência ao interlocutor, obtendo um total de 64 dados, distribuídos da seguinte maneira: 58 ocorrências do clítico *te*, 4 dados de *lhe* e 2 registro de *você*. No que se refere aos fatores selecionados, a saber, relação entre o acusativo e o sujeito, bem como a posição do acusativo, obtivemos os seguintes resultados quanto ao primeiro fator: i) em relação às cartas em que o *tu* figurou como estratégia exclusiva, o clítico *te* foi categórico, com 18 dados; ii) nas missivas com uso exclusivo de *você* foram registradas as formas alternantes acusativas *te*, *lhe* e *você* apresentando 9, 3 e 2 dados, respectivamente; iii) nas cartas com uso variável de *tu* e *você*, o clítico *te* também foi a estratégia mais produtiva, com 24 dados em detrimento de 1 ocorrência do clítico *lhe*; iv) nos contextos sem referência à segunda pessoa, o clítico *te* figurou como estratégia categórica, apresentando 7 dados. No que se refere à colocação pronominal, obtivemos 50 dados de próclise e 14 dados de ênclise. Quanto aos contextos favoráveis à colocação pronominal do acusativo posposto ao verbo, registramos os seguintes casos: i) início de sentença; ii) verbo no infinitivo. Dessa forma, nossa pesquisa vai ao encontro do que Lopes et al. (2018) afirmam, ao observarem que o *você* entrou no paradigma de 2ª pessoa efetivamente como sujeito, porém, nas demais funções sintáticas, ele sofre certa resistência, posto que observamos a predominância do clítico *te* nas missivas analisadas, independentemente do tipo de sujeito empregado. Além disso, observamos a preferência pela colocação do acusativo na posição pré-verbal, o que vai ao encontro de resultados obtidos em estudos realizados em outras regiões brasileiras (SOUZA, 2014).

**Palavras-chave:** acusativo; paradigma pronominal de segunda pessoa; cartas amorosas.



## ABSTRACT

This paper aims to investigate the forms of reference to the interlocutor in the accusative function, in love letters written in the 1950s. As for the analysis material, we used a corpus composed of 22 love letters written by non-illustrious people of the Pernambuco hinterland, 21 missives narrated by a male letter writer and 1 letter written by a female letter writer, previously collected by the members of the project Para a da History of Brazilian Portuguese - Pernambuco Regional Team. For that, we are based on the theoretical-methodological orientations of Historical Sociolinguistics and the concept of Discursive Traditions. Methodologically, we identified the contexts of occurrence of accusative forms of reference to the interlocutor, obtaining a total of 64 data, distributed as follows: 58 occurrences of the clitic, 4 data of him and 2 record of you. Regarding the selected factors, namely, the relation between the accusative and the subject, as well as the position of the accusative, we obtained the following results regarding the first factor: i) in relation to the letters in which the tu appeared as an exclusive strategy, the clitic was categorical with 18 dice; ii) the missives with exclusive use of you were recorded alternating forms accusative te, you and you presenting 9, 3 and 2 data, respectively; iii) in the cards with variable use of you and you, the clitic te was also the most productive strategy, with 24 dice rather than one occurrence of the clitic him; iv) in contexts without reference to the second person, the clitic figured you as a categorical strategy, presenting 7 data. Regarding pronominal placement, we obtained 50 data on proclisis and 14 data on enclisis. Regarding the contexts favorable to the pronominal placement of the accusative postponed to the verb, we recorded the following cases: i) beginning of sentence; ii) infinitive verb. Thus, our research meets what Lopes et al. (2018) state that, observing that you entered the 2nd person paradigm effectively as a subject, however, in the other syntactic functions, it suffers some resistance, since we observe the predominance of the clitic in the analyzed missives, regardless of the type of subject employed. In addition, we observed the preference for placing the accusative in the pre-verbal position, which meets the results obtained in studies on the same phenomenon (SOUZA, 2014).

**Keywords:** accusative; pronominal second person paradigm; Love letters.

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1:</b> Quatro etapas evolutivas dos pronomes de referência à segunda pessoa na posição de sujeito .....	(14)
<b>QUADRO 2:</b> Declinação dos pronomes de 1 <sup>a</sup> e 2 <sup>a</sup> pessoa do singular .....	(15)
<b>QUADRO 3:</b> Organização do <i>corpus</i> .....	(28)
<b>QUADRO 4:</b> Relação entre as estratégias acusativas e o uso do sujeito.....	(36)
<b>QUADRO 5:</b> Distribuição dos acusativos na posição pós-verbal.....	(40)
<b>QUADRO 6:</b> Distribuição da frequência do clítico <i>te</i> em relação ao verbo predicador.....	(42)
<b>QUADRO 7:</b> Quantidade de ocorrências do clítico <i>te</i> + verbo amar em cartas amorosas da década de 50.....	(42)

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>FIGURA 1:</b> Formação do novo paradigma de 2ª pessoa .....	(17)
<b>GRÁFICO 1:</b> Distribuição da frequência das estratégias acusativas .....	(34)
<b>GRÁFICO 2:</b> Posição do acusativo em relação ao verbo .....	(39)

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO I</b> .....	13
<b>1 A INSERÇÃO DA FORMA VOCÊ NO PARADIGMA PRONOMINAL: A REORGANIZAÇÃO DA FUNÇÃO ACUSATIVA</b> .....	13
1.1 Percurso histórico da consolidação do você como estratégia de referência à segunda pessoa .....	13
1.2 A reorganização do paradigma pronominal de 2ª pessoa do singular na função acusativa .....	15
1.3 Como se manifestam as estratégias acusativas no Brasil? .....	17
<b>CAPÍTULO II</b> .....	21
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: A SOCIOLINGUÍSTICA HISTÓRICA E O CONCEITO DE TRADIÇÕES DISCURSIVAS</b> .....	21
2.1 Sociolinguística Histórica .....	21
2.2 Tradições Discursivas .....	23
2.3 A validade do material escrito: a carta de amor como objeto de estudo .....	25
<b>CAPÍTULO III</b> .....	28
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	28
3.1 O <i>corpus</i> .....	28
3.2 O local .....	29
3.3 Os missivistas .....	30
3.4 Retomando alguns problemas do material histórico .....	31
3.4 Os fatores de análise .....	32
3.4.1 Forma na posição de sujeito .....	32
3.4.2 Posição do pronome em relação ao verbo .....	32
<b>CAPÍTULO IV</b> .....	34
<b>4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	34
4.1 Como se manifestaram as estratégias acusativas no <i>corpus</i> ? .....	34
4.2 Forma na posição de sujeito e o uso do acusativo .....	35
4.3 Posição do acusativo .....	38
4.4 Construção te + amar como indício de uma tradição discursiva .....	41
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	43
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	45

## INTRODUÇÃO

A inserção da forma *você* no paradigma pronominal brasileiro, originada a partir da forma de tratamento de base nominal *Vossa Mercê*, mediante o processo de gramaticalização, provocou a reorganização dos subsistemas pronominais, uma vez que houve um sincretismo entre as formas de 2ª e 3ª pessoa. Para a expressão da segunda pessoa, na função de sujeito, muitos estudos apontam para a predominância do *você* em detrimento do pronome *tu*, principalmente a partir de meados do século passado.

Souza (2012), por exemplo, ao investigar a variação dos pronomes *tu* e *você* em cartas escritas por remetentes ilustres e não ilustres cariocas, durante cem anos, identificou três fases na história da inserção do *você* no paradigma pronominal brasileiro, nas quais há a predominância do *tu* ou do *você* em determinado período, bem como há uma fase intermediária, na qual as duas formas alternantes apresentam frequências próximas. Júlio e Ataíde (2018), ao analisarem o comportamento variável das estratégias de referência à segunda pessoa (*tu* e *você*) em cartas de amor do sertão pernambucano escritas nas décadas de 50 e 70 do século XX, observaram que a generalização do pronome *você* na função sintática de sujeito só ocorreu nos dados da década de 70, uma vez que na década 50 foram registradas frequências próximas entre os pronomes *tu* e *você*.

Quanto à expressão do acusativo, Lopes *et al.* (2018) evidenciam no *corpus* composto por cartas pessoais que há, pelo menos, cinco estratégias que fazem referência ao interlocutor: *te*, *lhe*, *você*, *o/a* e a *estratégia zero*, exemplificadas abaixo:

- (1) Eu te amo
- (2) Eu lhe amo
- (3) Eu amo você
- (4) Eu o/a amo
- (5) Eu Ø amo

Essa constatação de Lopes *et al.* (op. cit.) aponta, no entanto, para uma certa variação de uso das formas acusativas. Por outro lado, a gramática normativo-prescritiva determina a uniformidade tratamental. Apesar dessa prescrição, estudos evidenciam o uso do *você* junto ao clítico *te* (SOUZA, 2014; LOPES *et al.*, 2018), como ilustra a sentença (6):

(6) *Você* sabe que eu *te* amo.

A partir desse panorama, pretendemos investigar as formas de referência ao interlocutor na função acusativa, no que se refere à realização das estratégias acusativas em relação ao sujeito empregado, bem como em relação à posição do pronome. Mais especificamente, delinearemos os contextos morfossintáticos que favorecem a colocação pronominal do acusativo posposto ao verbo. Assim, nesse estudo, nos debruçaremos sobre as seguintes questões:

1. Como se deu a implementação do *você* no paradigma de segunda pessoa na função acusativa, isto é, queremos saber se haveria a resistência do clítico *te* como estratégia acusativa no Português Brasileiro frente a formas do paradigma de terceira pessoa;
2. Quais contextos morfossintáticos favorecem a ocorrência das formas alternantes na função acusativa na posição pós-verbal.

Para tanto, a partir de estudos já realizados sobre nosso objeto de investigação, propomos as seguintes hipóteses:

- I. Quando o sujeito é *tu* (exclusivo) há a preferência pelo clítico *te* (SOUZA, 2014);
- II. Quando o sujeito é *você* (exclusivo) há a preferência por formas de terceira pessoa (SOUZA, 2014);
- III. Quando há a alternância entre os sujeitos (*tu-você*), há a preferência pelo clítico *te*, por ser a forma original acusativa de segunda pessoa (SOUZA, 2014);
- IV. A próclise é a posição preferida para a colocação do pronome na função acusativa (SOUZA, 2014);
- V. A ênclise ocorre em início de sentença (SOUZA, 2014).

Em Pernambuco, Gomes e Lopes (2014) analisaram as ocorrências das estratégias acusativas em cartas pessoais escritas por missivistas ilustres nos séculos XIX e XX. O presente estudo se difere dos trabalhos já realizados na região em relação à análise da função acusativa, uma vez que adota um *corpus* composto por 22 cartas escritas na década de 50, do século XX, por um casal de missivistas não ilustres do sertão pernambucano. Assim, em alguns momentos poderemos confrontar nossos resultados com os resultados obtidos em outros estudos, principalmente com os de Pernambuco.

Como aporte teórico e metodológico, adotamos as orientações propostas pela Sociolinguística Histórica, uma vez que estamos diante de um material histórico. Além disso, acreditamos ser relevante a incorporação do conceito de Tradições Discursivas na explicação de alguns fenômenos linguísticos.

Assim, o presente trabalho se organiza da seguinte maneira: **Introdução**, na qual mostramos um panorama do que se trata nosso estudo; **Capítulo I**, no qual apresentamos a literatura sobre o objeto de investigação, que vai desde a inserção do *você* no paradigma pronominal até a descrição de estudos que se debruçam sobre as formas alternantes de referência ao interlocutor na função acusativa.

Em seguida, no **Capítulo II**, procuramos explicar alguns conceitos da teoria que nos serviu de base, a Sociolinguística Histórica, bem como apresentamos o conceito de Tradições Discursivas. Posteriormente, no **Capítulo III**, detalhamos a metodologia empregada. Discorreremos sobre a natureza do *corpus*, bem como do contexto de produção no que se refere à localidade e aos missivistas. Ademais, retomamos alguns problemas, relacionados ao material linguístico, de que padecem os estudos que adotam um *corpus* histórico. Após essa retomada, passamos a delimitar a variável dependente e os fatores linguísticos que podem influenciar nos usos das formas alternantes.

Mais adiante, no **Capítulo IV**, apresentamos os resultados e as análises empreendidas acerca da variação das estratégias acusativas que se referem a 2ª pessoa do discurso. Inicialmente, apresentamos os resultados gerais e, posteriormente, analisamos cada fator selecionado. Por fim, nas **Considerações Finais**, tecemos alguns comentários que retomam os destaques de nosso trabalho.

## CAPÍTULO I

### 1 A INSERÇÃO DA FORMA *VOCÊ* NO PARADIGMA PRONOMINAL: A REORGANIZAÇÃO DA FUNÇÃO ACUSATIVA

Na primeira subseção do presente capítulo, traçamos o percurso histórico pelo qual passou o pronome *você*. Na segunda, tratamos acerca da reorganização do paradigma pronominal de segunda pessoa na função acusativa. Na última, descrevemos alguns estudos realizados em âmbito nacional acerca do paradigma pronominal de segunda pessoa, com ênfase em trabalhos que tratam do objeto de análise deste estudo, isto é, da configuração dos acusativos após a inserção do pronome *você* no paradigma pronominal.

#### 1.1 Percurso histórico da consolidação do *você* como estratégia de referência à segunda pessoa

Tradicionalmente, nos manuais de gramática normativa, o pronome *você* é categorizado como forma de tratamento ou de reverência ao interlocutor (CUNHA & CINTRA, 2001; BECHARA, 2004; ROCHA LIMA, 2005 *apud* MARCOTULIO, 2010), devendo, portanto, ser coindexado com o paradigma pronominal de terceira pessoa, apesar de fazer referência à segunda pessoa do discurso. Neves (2015, p.17), no entanto, distribui as formas dos pronomes pessoais em três grupos:

- i) Neste grupo estão incluídas as formas da 1<sup>a</sup> e da 2<sup>a</sup> pessoa, bem como do *se* reflexivo;
- ii) Neste, estão reunidos todos os demais pronomes pessoais 3<sup>a</sup> pessoa;
- iii) Neste, estão abrigadas as formas *você*, *vocês* e *a gente*.

Essa categorização não é arbitrária. Ela está fundamentada segundo as origens dos pronomes. O primeiro grupo deriva de pronomes pessoais latinos; o segundo, por sua vez, de demonstrativos; o terceiro, por fim, reúne criações vernáculas, isto é, da própria língua portuguesa (NEVES, 2015). Essa distribuição é interessante, porque considera todas as formas mencionadas como pronomes pessoais, incluindo algumas formas derivadas de nomes, como o *você*, que são tão excluídas da categoria dos pronomes do caso reto em alguns compêndios normativos.



No que se refere a este último grupo, proposto por Neves (2015), sabe-se que até as primeiras décadas do século XIV, durante a fase que predomina o galego-português, eram desconhecidas as formas de base nominal como estratégia de referência à segunda pessoa, uma vez que só existiam o *tu*, que era utilizado em tratamentos familiares, portanto, mais íntimos, e o *vós*, utilizado em tratamentos deferentes, principalmente em referência ao rei (TEYSSIER, 2001).

Com a ampliação de uso do pronome *vós* para outras figuras de poder e prestígio, essa forma foi perdendo seu valor de respeito e deferência, ao passo que as formas de base nominal ganharam espaço para se referir ao soberano. Foi a partir desse panorama que surgiu o tratamento *Vossa Mercê*, em alusão à mercê que a figura do rei representa socialmente. O *vós*, apesar de ter diminuído sua frequência, não deixou de ser utilizado no século XV. Havia, na verdade, a coexistência de formas para se referir a um mesmo interlocutor. (MARCOTULIO, 2010)

O *Vossa Mercê* também perdeu sua força de reafirmar a superioridade do rei ao ampliar seu escopo de atuação, passando a aludir a outras figuras de prestígio nos séculos XV e XVI. Dessa maneira, foram criadas outras formas de tratamento para se dirigir ao monárquico, como *Vossa Senhoria*, *Vossa Majestade*, *Vossa Alteza* e *Vossa Excelência* (MENÓN, 1995). Acreditamos, assim como Lopes *et al.* (2018) que a mudança de formas para tratar o rei ocorria porque havia a preocupação em demarcar as relações de poder.

O desbotamento<sup>1</sup> semântico e a redução fonética do pronome *Vossa Mercê* gerou muitas formas, dentre elas o *você*. Cartas do século XVIII já mostram o uso de *você* com valor diferente de sua forma geradora. Enquanto esta era utilizada em relações simétricas entre os membros da classe alta, bem como nos contextos de relações assimétricas de inferior para superior, o *você*, por outro lado, ocorria em relações descendentes (de superior para inferior). Cartas do século XIX, por sua vez, evidenciam a concorrência dos pronomes *tu* e *você* em relações simétricas/privadas (LOPES *et al.*, op. cit.). Os autores elaboraram um quadro sintetizando as quatro etapas da evolução dos pronomes de referência à segunda pessoa em relação ao plano da intimidade e da cortesia. Vejamos o quadro:

Quadro 1- Quatro etapas evolutivas dos pronomes de referência à segunda pessoa na posição de sujeito.

Estágios	I	II	III	IV
Séculos	Até XIV/XV	XV-XVIII/XIX	Fim do XIX-XX	XX-XXI

<sup>1</sup> Termo originado da palavra inglesa *bleaching*.

Intimidade [- formal] (T)	Tu→	→Tu	→Tu	→Tu
				Você
Cortesia [+ formal] (V)	Vós→	→Vós	→Você	o/a senhor(a)
		Vossa Mercê→		

Fonte: Lopes *et al.* (2018, p.145)

No quadro 1, podemos visualizar a concorrência ou dominação das estratégias de referência ao interlocutor em quatro fases. O *tu* é predominante nas relações íntimas, seja como forma categórica (estágios I, II e III) ou em variação com o *você* (estágio IV), na posição de sujeito. O *você*, por outro lado, por ser derivado de uma forma de base nominal utilizada em tratamento deferente e respeitoso, inicialmente adquire um traço mais formal e posteriormente passa a concorrer nos mesmos contextos de *tu*, isto é, informais.

A partir dessas considerações, passamos para a subseção seguinte que trata sobre os pronomes na função de complementos verbais, mais especificamente sobre os acusativos.

## 1.2 A reorganização do paradigma pronominal de 2ª pessoa do singular na função acusativa

Bechara (2009, p.49) considera complemento “a expressão que completa o sentido das palavras que não se bastam a si mesmas”. No nosso caso, nesses termos, abordamos as expressões pronominais que completam o sentido dos verbos conhecidos tradicionalmente como “transitivos diretos”.

No latim, as funções sintáticas que as palavras adquiriam na sentença eram marcadas morfologicamente através da flexão dos casos. O quadro 2, a seguir, representa os seis casos latinos e a declinação dos pronomes pessoais no singular:

Quadro 2: Declinação dos pronomes de 1ª e 2ª pessoa do singular.

Singular		
	1ª pessoa	2ª pessoa
Nominativo	Ego	Tū
Vocativo	-	Tū
Acusativo	Mē	Tē

Genitivo	Meī	Tuī
Dativo	Mihī	Tibī
Ablativo	Mē	Tē

Fonte: adaptado de Faria (1958) *apud* Souza (2014, p.27)

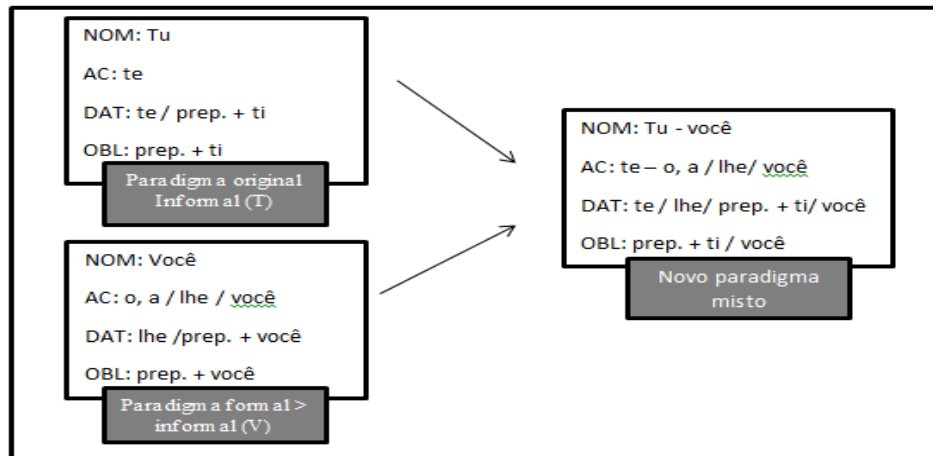
O pronome original de segunda pessoa que representa o caso acusativo é o *tē*, já o dativo é representado pela forma *tibī*. Atualmente, no português brasileiro, a forma *te* é utilizada para representar tanto o acusativo quanto o dativo, sendo diferenciados sintaticamente pela regência verbal. Segundo Coutinho (1972), a forma dativa de segunda pessoa deu origem ao *ti* arcaico, que, por sua vez, teria dado origem ao *te* com função de objeto indireto. Assim, essa forma passou a expressar tanto o objeto direto quanto o indireto.

Conforme Lopes *et al.* (2018), a gramática normativa, por sua vez, prescreve que deve ser mantida a simetria no uso dos pronomes. Quer dizer que quando for utilizado o pronome sujeito de segunda pessoa (*tu*), deve-se utilizar, nesse mesmo contexto, pronomes em posição de complemento de segunda pessoa também, como o *te*. Nos usos do *você*-sujeito, deve-se empregar formas de terceira pessoa gramatical, como *o*, *a* e *lhe*, a fim de expressar os complementos pronominais.

Apesar disso, estudos acerca das formas pronominais mostram que essa uniformidade linguística não é obedecida desde, pelo menos, o século XVIII. A inserção de *você* na posição de sujeito levou a alterações no paradigma pronominal de segunda pessoa, tanto nas formas oblíquas átonas e tônicas, quanto nas possessivas. Em cartas oitocentistas, por exemplo, pode ser observada a coindexação de *você*-sujeito com formas de segunda e terceira pessoa, como os pronomes *te*, *o*, *a*, *lhe*, *tua*, *sua* (MARCOTULIO, 2010).

Lopes *et al.* (2018, p.147) comentam que a coexistência de mais de um subsistema para se referir a 2ª pessoa do discurso levou a criação de um paradigma supletivo, que combina elementos de paradigmas distintos. Esse novo paradigma misto está ilustrado na figura 1:

Figura 1: Formação do novo paradigma de 2ª pessoa.



Fonte: Lopes et al. (2018, p.147)

Esse novo paradigma mostra que existiam um subsistema mais informal e outro mais formal, que deram origem a um subsistema misto, no qual variam as formas *tu-você* e seus complementos e adjuntos.

Os vários estudos apontam que os subsistemas variam diatopicamente, havendo a concordância de que o pronome *você* tenha entrado efetivamente como estratégia de referência à segunda pessoa na posição de sujeito. Em contrapartida, nas posições de complemento ainda predomina o preenchimento pela forma *te* (LOPES *et al.*, 2018), se distanciando, portanto, da prescrição gramatical.

Tendo em vista que o pronome original acusativo de segunda pessoa é o *te* e que a inserção do *você* no paradigma pronominal de segunda pessoa acarretou a formação de um novo subsistema que incorpora formas de segunda e terceira pessoa, passamos, na subseção seguinte, a descrever alguns estudos que tratam da função acusativa.

### 1.3 Como se manifestam as estratégias acusativas no Brasil?

Nesta subseção, descrevemos alguns estudos realizados em âmbito nacional acerca do paradigma pronominal de segunda pessoa, com ênfase em trabalhos que tratam do objeto de análise deste estudo, isto é, da configuração dos acusativos. Primeiramente, tratamos de trabalhos que analisaram a relação dos acusativos com o sujeito em cartas pessoais em sete estados brasileiros (LOPES *et al.*, 2018). Em seguida, descrevemos, mais especificamente, os

resultados obtidos a partir da análise dos acusativos em cartas pessoais pernambucanas (GOMES e LOPES, 2014). Estes, estão incorporados no estudo de LOPES *et al.* (2018), porém, pela sua relevância para o nosso trabalho, realizaremos uma discussão mais detalhada sobre a pesquisa.

Lopes *et al.* (2018) sintetizam diversos estudos realizados com cartas pessoais dos séculos XIX e XX, nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Santa Catarina, acerca do preenchimento do sujeito e dos complementos acusativos, dativos e oblíquos. Nesta subseção, tratamos apenas dos resultados obtidos a partir da análise dos acusativos. Vale dizer que esses estudos foram realizados dentro do âmbito do projeto nacional Para a História do Português Brasileiro (PHPB), que pretende contribuir para a reconstituição da história da língua portuguesa e, para isso, conta com estudiosos de várias partes do país. Ressaltamos que nosso estudo também integra o projeto e pretendemos contribuir com a descrição de fenômenos que caracterizam a escrita no sertão pernambucano.

Na análise dos dados, Lopes *et al.* (2018) encontraram as estratégias *te, você, o/a, lhe e zero* ocupando a função acusativa. Dados como 7, 8, 9, 10 e 11 foram extraídos do *corpus* analisado pelos autores<sup>2</sup>:

(7) [20,1 CP BA]. No momento mais triste da minha vida **te** encontrei o mesmo amigo dos bons tempos do Collegio São João. (grifos do autor)

(8) [20,1 CP MG] [...] a nave que você pilota há de erguer voo seguro elevando **você** às alturas onde quiser ficar. (grifos do autor)

(9) [19, 2 CP BA] Percizava vello para sentar as couzasmilhor que Deus os traga em Santa Páz, é pelo que fasêmos vótos. (grifos do autor)

(10) [19, 2 CP RJ] Com affecto **lhe** abraço e sou sua irmã nos Santíssimos Corações de Jesus e Maria Sor Maria da Divina Pastora. Religiosa do Bom Pastor (grifos do autor)

(11) [20, 1 CP RJ] [...] eu vou bem graças a Deus, de saúde, de amor tu sabes como me sinto, cada vez mais cego, e cada vez querendo Ø amar mais (grifos do autor)

Os resultados gerais - a soma dos dados de todos os sete estados - apontaram o *te* como clítico mais produtivo, com frequência de 67%. O clítico *o/a* em referência à segunda

---

<sup>2</sup> cf. Lopes *et al.*, 2018, p. 149

pessoa figurou em 14% do *corpus*, sendo a segunda estratégia mais utilizada. O clítico *lhe* representa a terceira estratégia mais empregada pelos missivistas, aproximando-se do segundo colocado, com 11% de frequência. O pronome acusativo *você* e a *estratégia zero* foram menos produtivos no *corpus*, com 7% e 1% de frequência, respectivamente.

Os resultados parciais apontam para diferenças na utilização das estratégias na função acusativa a depender da localidade. Na Bahia, o clítico mais produtivo foi o *lhe* (38%), seguido pelo *o/a* (35%) e com menor frequência foram empregados o *te* (9%) e o *você* (1%). Em Pernambuco, a estratégia mais frequente foi o *o/a* (42%), seguido pelo *te* (31%) e os clíticos *você* e *lhe* atingiram a mesma frequência (13,5%). Nas demais localidades, o *te* foi a estratégia mais produtiva. Quanto aos resultados de Pernambuco, por nos interessar mais especificamente, uma vez que fazem parte do mesmo estado em que o nosso *corpus* se insere, detalharemos mais adiante, quando trataremos do estudo de Gomes e Lopes (2014).

Quanto à relação dos acusativos com a forma de sujeito empregada (*tu* exclusivo, *você* exclusivo ou a variação de *tu-você*), Lopes *et al.* (2018) observaram que na região nordeste o *te* foi o clítico mais produtivo quando o sujeito era o *tu* (exclusivo). Quando o sujeito empregado nas cartas foi o *você* (exclusivo) houve uma maior variação entre os acusativos utilizados, sendo o *lhe* a estratégia mais frequente na Bahia e Rio Grande do Norte, com 51% e 100%, respectivamente. Quando houve variação entre os pronomes na posição de sujeito, os clíticos *o/a* foram categóricos no estado da Bahia e no Rio Grande do Norte o clítico *te* foi mais produtivo (66%).

Gomes e Lopes (2014) apresentaram os resultados obtidos a partir da análise dos pronomes de segunda pessoa na função de sujeito e de complementos verbais em cartas pessoais – familiar e de amigo – escritas por autores pernambucanos nos séculos XIX e XX. Neste trabalho, nos deteremos aos resultados das análises empreendidas acerca da função acusativa.

No *corpus* das autoras, foram encontradas 45 estratégias acusativas. Diferentemente da maioria dos resultados obtidos em grande parte dos estados brasileiros, sintetizados em Lopes *et al.* (2018), os dados de Gomes e Lopes (2014) apresentaram como estratégia mais produtiva o clítico *o/a*, figurando em 42% do *corpus*. O clítico *te* foi a segunda estratégia mais empregada (31%), seguida dos pronomes *você* (13,5%) e *lhe* (13,5%). Quanto à relação entre o acusativo e a exclusividade ou alternância do sujeito, as autoras observaram que, nas cartas com uso de *tu* exclusivo, o clítico *te* foi estratégia categórica. Em relação à exclusividade do

pronome *você*, houve maior variação entre os pronomes *te*, *você*, *lhe* e *o/a*, este com 59% de frequência. Nas cartas com usos variáveis de *tu* e *você*, foram encontradas apenas uma ocorrência de clítico acusativo, o *o/a*.

A alta produtividade do clítico *o/a* nos dados pernambucanos pode ser explicada por dois fatores: primeiramente, pela erudição do remetente Joaquim Nabuco, já que, das 19 ocorrências, o clítico *o/a* foi utilizado oito vezes pelo missivista; em seguida, pela natureza do texto, já que dos 19 dados do clítico *o/a*, sendo empregado sete vezes pelo missivista Waldemar Oliveira, esse mesmo clítico foi utilizado seis vezes na seção de despedida, em construções do tipo: “quem muito **a** estima” (GOMES e LOPES, 2014).

Após a apresentação sobre a literatura de nosso objeto de investigação, passamos a descrever os aspectos teóricos que nos embasam nesse estudo.

## CAPÍTULO II

### 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: A SOCIOLINGUÍSTICA HISTÓRICA E O CONCEITO DE TRADIÇÕES DISCURSIVAS

Neste capítulo, discorreremos acerca das teorias que nos subsidiaram neste estudo. Primeiramente, tratamos acerca da Sociolinguística Histórica, uma vez que tomamos como *corpus* um material histórico. Em segundo lugar, discorreremos sobre o conceito de Tradições Discursivas, porque acreditamos ser relevante na explicação de alguns fenômenos linguísticos. Por fim, reafirmamos a validade do material escrito como objeto de análise sociolinguística.

#### 2.1 Sociolinguística Histórica

A Sociolinguística histórica é uma subárea da linguística que engloba os métodos de análise da Sociolinguística Variacionista<sup>3</sup> com os da Linguística Histórica. Romaine (1982), pioneira no desenvolvimento metodológico da linguística socio-histórica, propõe que essa disciplina

investigue e explique as diversas manifestações da variação linguística em uma comunidade ao longo do tempo e também o modo em que essa variação - seus diferentes usos, funções e tipos - se desenvolve em línguas e comunidades específicas, no seio de determinados grupos e redes sociais ou em indivíduos concretos (*apud* CONDE SILVESTRE, 2007, p.33, tradução nossa)<sup>4</sup>

Assim, por investigarmos cartas de amor escritas na década de 50 e pretendermos analisar a língua em uso efetivo, produzida por indivíduos reais, acreditamos que essa teoria nos auxiliará no processo de compreensão e análise dos dados. Além disso, os principais problemas em relação ao material linguístico, naturais de uma investigação histórica,

---

<sup>3</sup> Também denominada Sociolinguística Sincrônica ou Sociolinguística Laboviana.

<sup>4</sup> Investigue y explique las diversas manifestaciones de la variación lingüística en una comunidad a lo largo del tiempo y también el modo en que esa variación – sus distintos usos, funciones y tipos – se desarrolla en lenguas y comunidades específicas, en el seno de ciertos grupos y redes sociales o en individuos concretos (CONDE SILVESTRE, 2007, p.33).



elencados por Souza (2014)<sup>5</sup>, foram encontrados, em parte, em nossa pesquisa.

O primeiro problema pontuado pela autora se refere ao *caráter pouco autêntico dos dados*, já que pela falta ou escassez de meios técnicos, como gravadores, só se conservaram documentos escritos, desprovidos muitas vezes do contexto e da situação de produção. Então, surge a indagação realizada por Souza (2014, p.53): “até que ponto o material histórico pode refletir a língua da época que se analisa?”, considerando que a escrita tende a refletir menos variação que a fala. Outro problema está relacionado ao *caráter fragmentário*, dado que os textos são meros restos de *corpora* mais amplos, que sobreviveram e vieram até nós ‘por azar’, ou melhor, por sorte. Dessa maneira, esses materiais são limitados, porque não trazem todos os estilos, registros ou variedades do passado.

Há também *a falta de representatividade*, já que os dados são muitas vezes desiguais, o que faz com que o investigador tenha pouco controle do *corpus* e trabalhe com coleções limitadas. Assim, sua investigação estará limitada aos dados disponíveis. Além disso, há *o problema da validade histórica e social*, dado que as percepções de mundo, a caracterização e a valoração que fazemos de nossa realidade é diferente das que ocorriam no passado. A *autoria* é outro problema, que ocorre principalmente em cartas, visto que o texto pode ter sido ditado para um copista. Dessa maneira, o material pode sofrer influência linguística do redator.

Apesar disso, o pesquisador em sociolinguística histórica precisa fazer o melhor uso desses dados, mesmo que não faça generalizações amplas, visto que o material, por diversas razões, pode apresentar limitações. Ele pode, por exemplo, fazer análises de caráter qualitativo, que podem fornecer informações razoáveis sobre o fenômeno (MONTGOMERY, 1995 *apud* ROSA, 2015).

O *Princípio do Uniformitarismo*, formulado pela geologia no século XIX e transposto para a Linguística Histórica, postula que as forças que trabalham na produção de mudança linguística no presente são as mesmas que atuaram no passado. Essa é a pré-condição para que o linguista histórico possa realizar suas investigações (WHITNEY, 1867; LABOV, 1994; JOSEPH; JANDA, 2003 *apud* ROSA, 2015).

É necessário considerar, no entanto, que o passado não é exatamente igual ao presente e o presente não é exatamente igual ao passado, porque senão não haveria distinções entre

---

<sup>5</sup> A autora ancora-se em Conde Silvestre, 2007.

ambos (SOUZA, 2014). Para exemplificar, pensemos em algumas atitudes e valores que hoje são aceitos socialmente e, no passado, não eram. Os relacionamentos amorosos há algumas décadas eram arranjados pelos pais em troca de dotes. Ou, uma pessoa que é considerada culta hoje é diferente de uma pessoa que era considerada culta há alguns anos.

Assim, é importante que tenhamos consciência da relevância do Princípio do Uniformitarismo linguístico, mas que também o utilizemos moderadamente, para que não caiamos em um anacronismo. Isto é, se admitirmos que os padrões de hoje eram os mesmos do passado, podemos caracterizar um missivista inadequadamente, com traços que não pertenciam a época de produção das cartas (SOUZA, 2014).

Quanto ao procedimento metodológico, Rosa (2015, p.9) afirma que a Sociolinguística Histórica adota técnicas semelhantes à Sociolinguística Sincrônica, a saber:

- i. Delimitação da variável dependente;
- ii. Delimitação das variáveis extralinguísticas;
- iii. Coleta de dados;
- iv. Transcrição e codificação dos dados;
- v. Quantificação dos dados por meio de um programa de regra variável.

É válido ressaltar que, devido aos problemas encontrados em relação aos materiais que compõem o *corpus*<sup>6</sup>, o sociolinguista histórico pode enfrentar restrições nas análises dos dados, que poderiam não ocorrer em um estudo orientado pela Sociolinguística Laboviana. Apesar disso, a pesquisa histórica pode ser limitada, mas não impossível.

## 2.2 Tradições Discursivas

O paradigma das Tradições Discursivas (doravante TD) surgiu na década de 80, do século passado, no âmbito da Pragmática Alemã, tendo como expoentes nomes como Coseriu, Schlieben-Lange, Osterreicher, Kabatek, Koch (PATRIOTA, 2010). Embora haja a confusão entre os termos TD e gêneros textuais, há distinção entre ambos.

O termo *tradições* “está diretamente relacionado à historicidade dos textos, das fórmulas e das expressões tradicionais que caracterizam gêneros institucionalizados e atos de fala”. O termo *discursivas* se refere a uma tradição que é linguística (LONGHIN-THOMAZI,

---

<sup>6</sup> cf. subseção 2.1

2014 *apud* COSTA, GOMES e SILVA, 2017, p.59). Enquanto que gênero textual é a materialização de uma TD (PATRIOTA, 2010).

Os estudos em TD iniciaram a partir das ideias de Coseriu (1980). O autor propôs que a linguagem está subdividida em três níveis: o primeiro, UNIVERSAL, se refere às atividades do falar; o segundo, HISTÓRICO, consiste nas atividades da língua; o terceiro, por fim, INDIVIDUAL, relaciona-se às atividades do discurso. Isto é, em uma interação verbal, utilizamos nossa capacidade universal de falar através de um idioma (português, inglês, espanhol, etc) para expressarmos algo.

Koch (2008), a partir dos estudos de Coseriu, sugeriu uma reformulação dos níveis propostos pelo pioneiro. Ao questionar o que seria o saber expressivo, que segundo Coseriu (1980) estaria relacionado ao saber individual, Koch (*op. cit.*) propôs que o nível histórico deveria ser subdividido em dois domínios: o da língua histórica particular e o das tradições discursivas, uma vez que o saber expressivo está relacionado a nossa “capacidade de produzir texto segundo tradições e modelos históricos; no entanto, estas tradições históricas na forma de textos ou discursos são logicamente independentes das tradições das línguas particulares” (KOCH, 2008, p.54 *apud* PATRIOTA, 2010, p.23).

Assim, história da língua e história das tradições discursivas passou a pertencer a um mesmo nível, o *histórico*, embora tenha regras específicas. A primeira é regulada por regras idiomáticas - como organização fonológica, sintática - e a segunda é regulada por regras discursivas - materialização da linguagem por meio de gêneros e textos específicos para cada finalidade comunicativa (PATRIOTA, 2010).

Kabatek (2006) entende TD como sendo

[...] a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio (portanto é significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo, cuja repetição estabelece uma relação de união entre atualização e tradição; qualquer relação que se pode estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de enunciação ou elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos linguísticos empregados” (KABATEK, 2006, p.157)

A repetição, mencionada por Kabatek (2006), por si só não evidencia uma TD. Para se configurar uma TD, é necessário que haja a *repetição* de um texto associada à *evocação* (PATRIOTA, 2010). De outro modo, os textos mantêm relações de temporalidade com outros

textos, que em determinados contextos são acionados para cumprir finalidades comunicativas. Para exemplificarmos, tomamos como exemplo o propósito de saudar. Dentre todas as possibilidades oferecidas pela língua, escolhemos um “bom dia”, “boa tarde” ou “boa noite”, porque já temos construídas em nosso acervo essas formas. Além disso, o ato de saudar é evocado em uma situação concreta em que outros encontros evocam essas mesmas formas linguísticas. Isto é, a situação evoca a repetição de determinadas sequências linguísticas<sup>7</sup>.

A esse respeito, vale reforçar a amplitude das TD. Esse termo não é sinônimo de gêneros textuais, dado que todo gênero é uma tradição discursiva, mas nem toda tradição discursiva é um gênero (CARVALHO e ZAVAM, 2018). Isto porque expressões características desses gêneros, como “venho por meio desta”, “era uma vez... foram felizes para sempre” também podem ser consideradas TD. Além disso, expressões idiomáticas, provérbios e ditados, pelas características de repetição e atualização também o são.

Assim, acreditamos ser relevante a incorporação do conceito de TD em nossa pesquisa, porque essa perspectiva contribui com a compreensão de o que é norma de uso da língua e de o que é fórmula fixa, característica de determinados gêneros (GOMES e LOPES, 2016). A carta de amor pode acionar formas que são próprias desse subgênero e que, para uma análise mais próxima dos usos linguísticos, precisam ser ponderadas.

### **2.3 A validade do material escrito: a carta de amor como objeto de estudo**

Os textos escritos são fonte primordial para os pesquisadores em sociolinguística histórica, já que os dados, por diversos fatores, na maioria das vezes, se conservaram nessa modalidade. Diferentemente da sociolinguística sincrônica, que elege o material oral como fonte de pesquisa, os estudos históricos dependem do material escrito.

Souza (2014, p.56) elenca algumas distinções entre a fala e a escrita: i) a comunicação oral é dinâmica, efêmera e necessita da presença dos participantes na troca comunicativa; ii) a escrita se manifesta de forma estática e permanente e pode se realizar numa interação em que os interlocutores não estejam face a face; iii) há, na escrita, uma construção mais cuidada, uma vez que a mensagem é emitida num meio estável e está destinada a ter uma longa duração; iv) a fala é espontânea e possui um caráter mais flexível e propício às expressões dêiticas.

---

<sup>7</sup> Exemplo adaptado de Patriota (2010)

Ao considerar as distinções entre fala e escrita, Conde Silvestre (2007) pontua que, apesar de naturezas distintas e utilizadas em contextos diferentes, ambas as modalidades de registro não estão isentas de variabilidade. Dessa maneira, Romaine (1988a, p.1454) *apud* Conde Silvestre (op. cit.) afirma que cada dado histórico é válido por si próprio, independentemente de sua fidedignidade ou não ao registro oral.

Cabe ressaltar que os materiais históricos que mais interessam ao pesquisador em sociolinguística são aqueles mais próximos da fala, já que podem apresentar uma variabilidade maior. Schneider (2002) *apud* Conde Silvestre (2007) aponta a carta privada como um texto confiável para uma investigação sociolinguística, além de expedientes judiciais, narrações de antigos escravos após sua emissão, obras literárias, etc. Assim, nossa pesquisa, que tem cartas amorosas como fonte de análise, se enquadra no quesito confiabilidade proposto pelo autor.

A esse respeito, a carta, segundo Maingueneau (2006), é um hipergênero, já que apresenta elementos recorrentes e recebe diferentes nomenclaturas a depender da finalidade comunicativa, bem como da relação entre os interlocutores. Temos carta comercial, carta administrativa, carta pessoal. Esta, segundo Lopes et al (2018) pode ser subdividida em carta familiar, de amor e de amigo.

Nosso estudo tem a carta de amor como objeto de investigação primeiramente porque ela possibilita o estudo histórico, já que a partir de sua composição conhecemos a data em que foi escrita, os interlocutores, o local. Em segundo lugar, porque ela proporciona a proximidade comunicativa.

Koch e Osterreicher (2006) traçam um contínuo entre a proximidade e a distância comunicativa. Eles postulam que as formas comunicativas passam pelos meios gráficos e fônicos de realização. Em contrapartida, essas mesmas formas podem apresentar concepção falada e concepção escrita. A carta de amor, por ser um material escrito e apresentar traços de oralidade, possui meio de realização gráfico e concepção falada. Ela fica, portanto, próxima ao contínuo da proximidade comunicativa, o que pode favorecer a ocorrência do fenômeno da variação linguística.

Além disso, esse subgênero pode proporcionar a ocorrência da segunda pessoa do singular, por se tratar de uma interação entre um casal. Por fim, a carta de amor foi escolhida

para nossa investigação, porque foi um material que sobreviveu ‘por sorte’ nos acervos familiares.

## CAPÍTULO III

### 3 METODOLOGIA

Neste capítulo, abordamos os aspectos metodológicos empregados em nosso estudo. De início, apresentamos a natureza de nosso *corpus*. Em seguida, discorremos acerca do local de produção das missivas - que é o mesmo de origem dos missivistas<sup>8</sup> - bem como trazemos informações relevantes sobre os interlocutores. Posteriormente, retomamos alguns problemas levantados por Souza (2014) no que se refere ao material histórico e, por fim, delimitamos a variável dependente e os fatores de análise.

#### 3.1 O *corpus*

Para o estudo das estratégias acusativas que fazem referência ao interlocutor, selecionamos um *corpus* composto por 22 cartas, pertencentes ao subgênero carta de amor, escritas na década de 50 do século XX por missivistas não ilustres, no sítio Brejinho, localizado na cidade de Triunfo-PE. Desse acervo, 8 cartas não possuem data, porém, pelos traços presentes nas missivas, como, por exemplo, a continuidade do assunto enviado em uma carta anterior, assumimos que esse material foi escrito entre os anos de 1956-1960. O arquivo pertence à Família Ramos e está distribuído da seguinte forma:

Quadro 3: Organização do *corpus*.

Missivista	Quantidade de cartas	Período da escrita
Missivista Feminina (M.R.)	1	Sem data
Missivista Masculino (R.S.)	21	14 cartas: 1956-1958 7 cartas: sem data

Fonte: a autora

O *corpus* foi coletado no escopo do projeto intitulado *Bit: Banco Informatizado de Textos (BIT): a construção de um corpus de manuscritos e impressos pernambucanos do século XIX, XX e XXI*. O acervo está disponibilizado na plataforma digital do Laboratório de Edição e Documentação Linguística de Pernambuco (LeDoc), coordenado pelo professor Cleber Ataíde. O material foi transcrito pelos membros do projeto Para a História do

---

<sup>8</sup> Na época, a carta era a forma de correspondência entre os amantes, já que, por fatores culturais, o relacionamento amoroso era limitado.

Português Brasileiro - Equipe Regional de Pernambuco, adotando normas semidiplomáticas sugeridas pelo projeto PHPB.

Quanto aos procedimentos metodológicos, adaptamos as orientações propostas pela Sociolinguística Histórica<sup>9</sup>. Os métodos empregados neste trabalho estão descritos a seguir:

1. Delimitação da variável dependente;
2. Delimitação das variáveis independentes;
3. Coleta do *corpus* no site <http://ledoc.com.br/>;
4. Aprofundamento teórico;
5. Quantificação das estratégias acusativas;
6. Análise dos dados.

É válido ressaltar que não selecionamos fatores extralinguísticos como escolaridade ou sexo, porque a natureza de nosso *corpus* não nos permite cruzar esses dados. Por outro lado, consideramos nas análises o perfil dos escreventes em relação à localidade de origem, que se difere da localidade dos produtores das missivas pernambucanas que compõem outros *corpus* já estudadas no estado de Pernambuco (Gomes e Lopes, 2014). Além disso, é importante mencionar que a quantificação das estratégias acusativas que se referem à segunda pessoa do discurso ocorreu através de busca manual, isto é, selecionamos todos os contextos de aparição das variáveis linguísticas e calculamos as porcentagens dessas ocorrências manualmente.

Passamos, agora, a situar a pesquisa em relação contexto de produção das missivas no que se refere ao local de produção, bem como a aspectos relacionados à biografia dos missivistas e, posteriormente, delimitamos as variáveis selecionadas para nosso estudo.

### 3.2 O local

A comarca de Triunfo foi criada em 13 de junho de 1884 através da Lei Provincial nº. 1.805. A cidade está situada no Sertão do Alto Pajeú, no estado de Pernambuco, com uma área territorial de 181,4 Km<sup>2</sup>, fronteira ao norte com o estado da Paraíba, ao sul com Calumbi, ao leste com o município de Flores e ao Oeste com o município de Santa Cruz da Baixa Verde. Tem o segundo ponto mais alto de Pernambuco, o Pico do Papagaio, a uma altura de 1185m.

---

<sup>9</sup> cf. subseção 2.1 do Capítulo II.



Inicialmente, no século XVIII, o que viria a se tornar a cidade de Triunfo era a serra da Baixa Verde, propriedade de Domingos Pereira Pita. Nessa época, chegou junto com os índios que vieram com ele, o missionário frei Vidal de Frescolero, conhecido por frei Vidal da Penha, que fez o aldeamento dos aborígenes na localidade. Em novembro de 1803, retirou-se para Cabrobó, assumindo o seu lugar o missionário frei Ângelo Maurício Niza, que fez construir uma capelinha denominada *Nossa Senhora das Dores*, padroeira da cidade até hoje. Dessa forma, frei Ângelo foi considerado o fundador da cidade, ficando na localidade até falecer, em 07 de julho de 1824.

Sobre o sítio Brejinho, local de produção das missivas e de origem dos missivistas, há poucas informações. Segundo o censo do IBGE/2010, foram encontrados 100 endereços, sendo 55 domicílios particulares, 41 estabelecimentos agropecuários, 3 estabelecimentos de outras finalidades como comercial e religioso, além de 1 edifício em construção na localidade. A área tem aproximadamente 212 habitantes.

### 3.3 Os missivistas

A partir de um questionário proposto por Almeida (2014), Júlio (2018) coletou informações sociais acerca dos escreventes.

**A missivista feminina (M.R)**, produtora de uma das vinte e duas cartas de nosso *corpus*, nasceu no sítio Brejinho, zona rural do município de Triunfo-PE, em 8 de agosto de 1940. Ainda criança, foi alfabetizada nas primeiras letras, sendo, para a época, considerada privilegiada pelo seu nível de instrução. Quando adulta, ocupou-se da costura e da escrita de testamentos e inventários de terras. Era devota do catolicismo e dedicava-se à vida de esposa, mãe e doméstica.

Chamaremos o interlocutor a quem se endereçavam as cartas da missivista feminina (M.R.) de missivista masculino narrador (R.S.), já que suas epístolas eram ditadas para serem escritas por um redator. Dessa maneira, consideramos a escrita desse remetente como *escrita delegada*, visto que a materialização do texto é de um terceiro participante, porém o conteúdo é de autoria de R.S. **O missivista masculino narrador (R.S.)** nasceu em Brejinho, Triunfo-PE, no ano de 1935 e atuou como agricultor e tirador de trempe no engenho da família de sua

amada. Ele não possui nível de escolaridade, o que o levou a solicitar a escrita das cartas para o missivista redator T.Q.

**O missivista redator (T.Q.)** foi presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Triunfo-PE. Ocupou-se das atividades de cozimento da rapadura e da agricultura. Além disso, foi professor, de apenas homens, mesmo não possuindo o nível superior. Na época, era considerado sábio, já que era um dos poucos letrados da comunidade<sup>10</sup>.

### 3.4 Retomando alguns problemas do material histórico

Retomando alguns dos problemas elencados por Souza (2014), apontamos, aqui, algumas considerações a respeito de nosso *corpus*. Quanto aos problemas da *falta de representatividade e do caráter fragmentário dos dados*, o material analisado sofre por termos apenas uma carta escrita pela missivista feminina. Dessa maneira, não podemos controlar fatores como escolaridade, nem sexo, já que não temos uma amostra mais ou menos equilibrada.

Além disso, temos o *problema da autoria*, já que o missivista masculino narrador (R.S.) ditava suas cartas para o missivista redator (T.Q.). Então, nos questionamos se não haveria interferência linguística do missivista redator na carta. Acreditamos, porém, na fala do escriba, durante a entrevista realizada por Júlio (2018), ao afirmar a fidedignidade com que redigia as cartas de seu solicitante.

Por outro lado, os problemas da *validade histórica e social e da pouca autenticidade dos dados* foram encontrados em parte, já que através do questionário conseguimos levantar informações importantes sobre a vida dos missivistas e do contexto social da época. Além disso, selecionamos um material, *a carta de amor*, que está mais próximo da oralidade, o que pode permitir um menor controle da escrita, conseqüentemente, uma variação maior.

Acreditamos ser importante elencar os problemas encontrados em nossa pesquisa, porque também nos conscientizamos acerca dos limites que enfrentaremos. No entanto, ressaltamos que a pesquisa histórica é restrita aos dados que se tem, porém não é inviável.

---

<sup>10</sup> Em entrevista realizada por Júlio (2018), o missivista redator (T.Q.) relatou que transcrevia fidedignamente as cartas ditadas pelo missivista narrador (R.S.).

### 3.4 Os fatores de análise

Para este estudo, delimitamos as estratégias acusativas que fazem referência ao interlocutor como variável dependente, manifestada através das formas variantes *te*, *lhe*, *você*, *o/a* e a *estratégia zero*. Quanto aos fatores de análise, selecionamos os fatores linguísticos *forma na posição de sujeito e posição do clítico*. A seguir, esclarecemos cada fator.

#### 3.4.1 Forma na posição de sujeito

A partir desse fator, objetivamos saber se a forma empregada na posição de sujeito influencia na escolha do acusativo de segunda pessoa. Isto é, observaremos quais estratégias acusativas são empregadas em cada carta quando o sujeito é *tu* (exclusivo), *você* (exclusivo) ou *tu/você*.

Por hipótese acreditamos, assim como Souza (2014), que:

- i) Quando o sujeito é *tu* (exclusivo) há a preferência pelo clítico *te*;
- ii) Quando o sujeito é *você* (exclusivo) há a preferência por formas de terceira pessoa;
- iii) Quando há a alternância entre os sujeitos, há a preferência pelo clítico *te*, por ser a forma original acusativa de segunda pessoa;

Apresentaremos alguns dados de introspecção que ilustram nossas hipóteses:

- Sujeito *tu* (exclusivo):

(12) *Tu* és a dona do meu coração, por isso *te* amo de verdade.

- Sujeito *você* (exclusivo):

(13) *Você* é a dona do meu coração, por isso *lhe* amo de verdade.

- Alternância entre os sujeitos *tu* e *você*

(14) *Você* é a dona do meu coração. Não *esqueças* que *te* amo de verdade.

#### 3.4.2 Posição do pronome em relação ao verbo

Quanto a este fator, observaremos qual é a preferência pela colocação pronominal do acusativo, se pré-verbal ou pós-verbal. Além disso, se a posição pré-verbal do pronome *te* for a preferida pelos missivistas poderemos contribuir para a confirmação da hipótese de Cyrino (1992) de que esse clítico estaria se convertendo em um afixo no Português Brasileiro. Nosso objetivo não é corroborar a hipótese de Cyrino (1992), mas, ao postular que o *te* proclítico é preferida pelos brasileiros, observaremos em quais contextos morfossintáticos há a ocorrência da ênclise em relação às estratégias acusativas de 2ª pessoa.

Para tanto, assim como Souza (2014), acreditamos que:

- I. A próclise é a posição preferida para a colocação do pronome na função acusativa;
- II. A ênclise ocorre em início de sentença.

Ilustramos, com dados introspectivos, nossas hipóteses:

- Preferência pela próclise

(15) Eu te amo.

- Uso em início de sentença

(16) Tu és a dona do meu coração. Amo-*te* de verdade.

Após observarmos a contextualização da temática, a fundamentação teórica e a metodologia na qual nos embasamos, no próximo capítulo, apresentamos e analisamos os resultados obtidos.

## CAPÍTULO IV

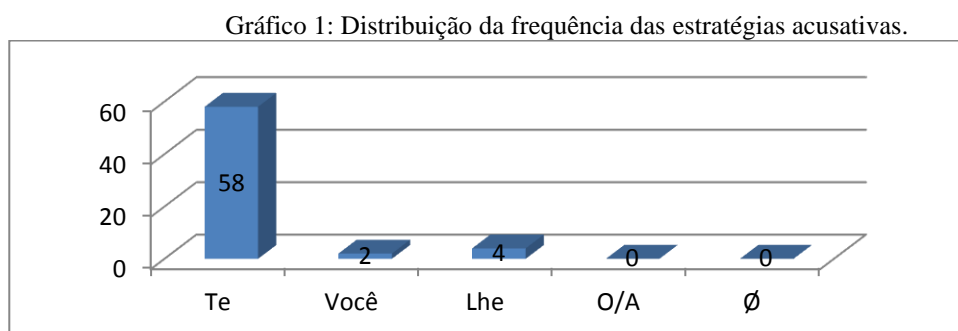
### 4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, apresentamos as análises empreendidas acerca da função acusativa em cartas amorosas escritas no sertão pernambucano, na década de 50, por missivistas não ilustres. Na primeira subseção, trazemos considerações gerais acerca da quantificação dos acusativos no *corpus*. Na segunda, mostramos os resultados obtidos a partir do cruzamento entre a exclusividade ou alternância dos sujeitos nas cartas e o acusativo. Na terceira, analisamos a posição do acusativo em relação ao verbo predicador. Atentamo-nos, mais especificamente, aos contextos morfossintáticos que favorecem a ocorrência da ênclise. Por fim, na última subseção, mostramos indícios de a construção *te* + verbo *amar* tratar-se de uma tradição discursiva, uma vez que foi observada a alta frequência dessa composição em partes específicas da carta.

#### 4.1 Como se manifestaram as estratégias acusativas no *corpus*?

Estudos relacionados às formas pronominais mostram que a sintaxe acusativa para a segunda pessoa é preenchida, predominantemente, pelo clítico *te*, seguido de outros clíticos que originalmente ocupam essa mesma função (como os pronomes *o/a* e suas variantes *lo/la*) ou que originalmente fazem referência à função dativa (a exemplo do clítico *lhe*) (LOPES e CAVALCANTI, 2011; SOUZA, 2014, entre outros). Além disso, o objeto direto também pode ser manifestado através do pronome *você*, bem como da estratégia *zero* (LOPES et al., 2018).

Na amostra em análise, foram computadas 64 estratégias acusativas. O gráfico, a seguir, mostra a distribuição dos acusativos encontrados no *corpus*.



Fonte: a autora

Os excertos 17, 18 e 19 ilustram as ocorrências encontradas no *corpus*:

(17) “Maria o postal que tú me enviaste é | o retrato da nossa futura união é o sim<^->| bolo do nosso amor. Aqui termino com | [fol.1v] eø com um adeus de um coração que | **te ama** com todas as fibras de coração|| (CA\_M\_9\_1957, grifos nossos)

(18) Levo [á] seu conhecimento que recebi sua | carta que veio metraser uma grande | surpresa porque você sendo noiva eu | pensava que você tinha se (vøeê) es= | quecido de mim eu lhe digo que não | esquecerei **você** nunca pois o amor é o | mesmo. (CA\_M\_3\_1956, grifos nossos)

(19) Olhe Maria se você me | amar tanto como eu **lhe amo** na= | da neste mundo poderá desfazer | os nossos sonhos e estará completa | a nossa felicidade (CA\_M\_22\_SD, grifos nossos)

A partir da leitura do gráfico 1, observamos que o clítico *te* prevaleceu sobre as demais estratégias acusativas, estando, portanto, em conformidade com os resultados obtidos em estudos realizados em várias localidades do país (LOPES e CAVALCANTI, 2011; SOUZA, 2014). Por outro lado, nossos dados contrastam com os obtidos por Gomes e Lopes (2014), já que foi verificada, no estudo das autoras, a predominância do clítico *o/a*. O clítico *lhe* foi a segunda estratégia mais produtiva no nosso *corpus*, seguido do pronome *você*, que figurou como a terceira estratégia mais frequente. Não foram encontrados dados dos clíticos *o/a* nem da *estratégia zero*. Esses resultados indicam que, embora em menor quantidade, as formas pronominais do paradigma de 3ª pessoa estão assumindo um valor de acusativo.

Passamos, agora, a analisar os dados em relação às variáveis linguísticas pré-selecionadas: forma na função nominativa e posição do clítico acusativo.

#### 4.2 Forma na posição de sujeito e o uso do acusativo

Gomes e Lopes (2014), ao analisarem cartas pernambucanas, escritas por remetentes ilustres durante um século (de 1869 a 1969), constataram, na maior parte dos dados analisados, a uniformidade de tratamento entre os subsistemas pronominais, inclusive na relação entre a exclusividade ou alternância do sujeito e o acusativo.

As cartas escritas na década de 50, que compõem o nosso *corpus*, apresentam a correlação entre o sujeito e o acusativo expressa no quadro 4. É válido ressaltar que, na única

carta escrita pela missivista feminina, foi observada a mistura de tratamento na função nominativa e a não ocorrência de acusativo.

Quadro 4: Relação entre as estratégias acusativas e o uso do sujeito.

Acusativo Sujeito	Formas acusativas de 2P e o uso do sujeito				
	Te	você	Lhe	o/a	Ø
<b>Tu (exclusivo)</b>	18/18 100%	-	-	-	-
<b>Você (exclusivo)</b>	9/14 64,3%	2/14 14,3	3/14 21,4%	-	-
<b>Tu/Você</b>	24/25 96%	-	1/25 4%	-	-
<b>Sem referência à segunda pessoa</b>	7/7 100%	-	-	-	-

Fonte: a autora

O quadro 4 revela que o clítico acusativo *te* foi a estratégia predominante, independentemente da forma pronominal de sujeito empregada (*tu* exclusivo, *você* exclusivo e paradigma misto), obtendo frequência acima de 60%. Em relação aos contextos sem referência, foi categórico o uso do clítico *te*<sup>11</sup>.

Analisando cada relação entre sujeito e acusativo, registramos o uso categórico do *te* em cartas com uso exclusivo de *tu*, evidenciando a manutenção da uniformidade linguística, conforme apregoa os compêndios gramaticais prescritivos. Seguem, abaixo, alguns excertos:

(20) Maria mais uma vez eu quero |<↑diser> que **te amo** com toda lealdade no meu co= | razão nã há mais vaga para outra só | *tú* unicamente *tú* és a dona do meu coração | só a ti consagrei todo o meu amor por você | enfrentarei todo qualquer sacrificio, *tem* | paciencia e *espera* por mim que só assim | nós poderemos um dia realizar os nossos <□sonhos>[fol.1v] Aqui termino com um adeus (~~eehito~~) cheio saudades | | Amo-te de verdade || R. S. [espaço] (CA\_M\_19\_SD)

<sup>11</sup> Por não estarem dentro de nosso escopo de investigação, as estratégias acusativas que estavam presentes nas cartas de sujeito *sem referência* foram quantificadas, porém não serão tomadas como objeto de análise do fator *uso do sujeito e acusativo*.

(21) *tú* | somente és a dona do meu coração|emerecedõra do meu amor porque | eu **te amo** com toda sinceridade. (CA\_M\_4\_1956)

No trecho (20), o missivista apela para que a sua interlocutora tenha paciência e aguarde um tempo para que possam ficar juntos. O uso do pronome *tu* repetidamente revela o apelo do remetente e a intenção de destacar quem, de fato, ele ama. O imperativo, expresso por verbos do paradigma pronominal de segunda pessoa, mantém a uniformidade tratamental na função nominativa. No final do manuscrito, o amante se despede com uma construção frequente em suas cartas: amo-te de verdade.

No que se refere à relação entre o objeto direto e a exclusividade do pronome *você* nas cartas, notamos que houve maior variação entre as estratégias acusativas, com predomínio do clítico *te* (9 ocorrências) e, com menor frequência, o clítico *lhe* (3 ocorrências) e o pronome *você* (2 ocorrências).

A variação entre as três estratégias acusativas pode ser explicada pelo traço [+humano] das formas *lhe* e *você*, e pela resistência do pronome *te*, visto que o paradigma de segunda pessoa, por manter o traço de pessoa, favoreceria a implementação de formas que mantivessem esse traço, mesmo sendo de outro paradigma. Isso pode explicar o motivo da não ocorrência dos clíticos *o/a* na década de 50, já que estes mantêm os traços [+humano] ou [-humano], a depender do referente (SOUZA, 2014). Os recortes a seguir representam as estratégias encontradas entre a relação *você*-sujeito exclusivo e acusativo:

(22) Levo [*á*] seu conhecimento que recebi sua | carta que veio metraser uma grande | surpresa porque *você* sendo noiva eu | pensava que *você* tinha se (~~você~~) es= | quecido de mim eu **lhe** digo que não | esquecerei **você** nunca pois o amor é o | mesmo. (CA\_M\_3\_1956, grifos nossos)

(23) *Você* está para casar com | um outro rapaz que tem recurso e é do gosto | de seus pais e eu sou pobre e nada ten- | ho o que eu tenho muito é amor para | com você [...] *Olhe* Maria eu **lhe** vi hoje | de longe fiquei atormentado pelas sau= |dades mais ardentes pois eu **te amo** com | todas as forças do meu coração (CA\_M\_3\_1956, grifos nossos)

No recorte (22), o missivista inicia a carta informando que recebera a missiva anterior da interlocutora. Ele se mostra surpreso, uma vez a remetente estava noiva de outra pessoa, mas nada impediria que ele a amasse. Nesse trecho, notamos a presença do paradigma de



terceira pessoa, não somente na função nominativa (*você*), mas também na dativa (*lhe* digo), genitiva (*seu* conhecimento) e acusativa (esquecerei *você*). No trecho (23), presente na mesma carta, observamos as ocorrências dos clíticos acusativos *te* e *lhe*, bem próximos. A recorrência das três variantes acusativas em uma mesma carta evidencia a alternância entre os paradigmas de 2ª e 3ª pessoa.

Com relação ao uso de *tu* e *você* em uma mesma carta, registramos o uso quase categórico do clítico acusativo *te*, com 24 ocorrências, em detrimento da baixa frequência do clítico *lhe* com 1 ocorrência. Vejamos os exemplos abaixo:

(24) Maria *vo/cê* duvida do meu amor? pois eu | *lhe* digo *você* faz mal em duvidar | porque pelo teu amor pela tua pes= | *são* eu enfrentarei tudo na vida | porque eu **te amo** com todas asfi- | bras do meu coração porque o amor | que eu te consagro não é fingi= | do, é um amor verdadeiro firme leal – e decidido. Maria *tú* és a minha | noiva e tenho que **amar-te** até mor- | rer e os laços matrimoniaesvão nos| unir para toda a vida se Deus quiser [espaço] (CA\_M\_13\_1958, grifos nossos)

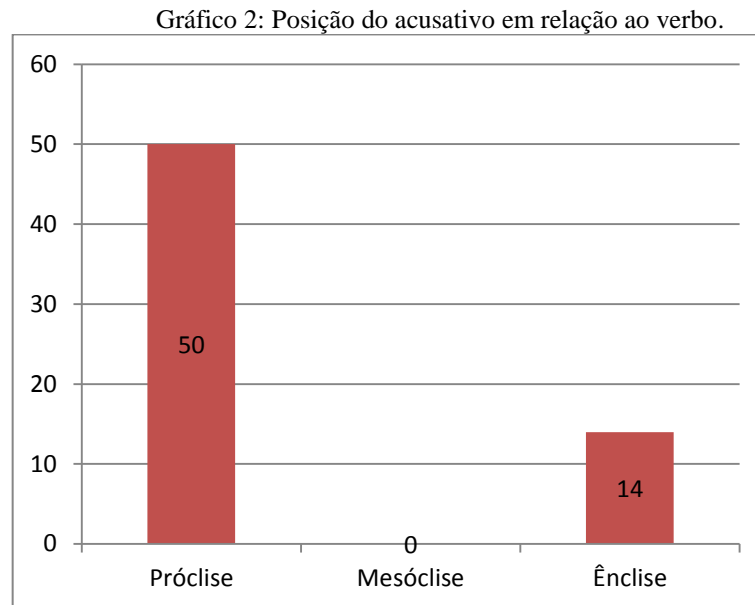
(25) Maria eu observei nas pala= | vras que *mandastes* dizer na carta | que *tu* ainda *duvidas* do meu amor | mas *você* não tem razão de assim | se expressar porque eu **lhe amo** com | toda sinceridade e para mim, digo | sem hipocrisia só existe *você* não | tem outra môça. (CA\_M\_21\_SD)

Em (24), observamos dois períodos: no primeiro, há o sujeito *você* correlacionado ao pronome *te*, na construção *te + verbo amar*; no segundo, temos o sujeito *tu* também correlacionado ao clítico *te*, na mesma construção, embora a posição do clítico esteja posposta ao verbo. O uso dos sujeitos *tu* e *você* com a forma *te* mostra a resistência desse clítico na função acusativa. Em (25), único dado de *lhe* nas cartas mistas, há a ocorrência desse clítico com o verbo amar na primeira pessoa.

### 4.3 Posição do acusativo

O clítico, no português brasileiro, pode ser colocado em três posições: próclise (*te amo*), mesóclise (*amar-te-ei*) e, por fim, ênclise (*amo-te*). A gramática prescritivo-normativa estabelece uma série de regras para a colocação pronominal, que, muitas vezes, não corresponde aos efetivos usos. Aqui, vamos analisar os contextos morfossintáticos que favorecem a posição enclítica nos dados da década de 50, uma vez que por ser menos

frequente no *corpus*<sup>12</sup>, conforme expõe o gráfico (2), somada a questões de limitações teóricas, essa posição merece destaque. Ressalvamos que excluímos da análise a mesóclise, já que não foram registrados dados de acusativo nessa posição.



Fonte: a autora

O gráfico 2 indica a predominância de pronomes acusativos pré-verbais (26), sendo 46 dados do clítico *te* e 4 do clítico *lhe*. Alguns estudos mostram que a alta preferência pela realização do clítico *te* na posição pré-verbal pode evidenciar que esse pronome está se tornando um afixo no português brasileiro (CYRINO, 1992; LOPES, SOUZA & OLIVEIRA, no prelo *apud* Souza, 2014). A posição enclítica (27) foi manifestada através em 14 ocorrências:

(26) Olhe Maria eu **lhe** vi hoje | de longe fiquei atormentado pelas sau= |dades mais ardentes (CA\_M\_3\_1956, grifos nossos)

(27) Se eles não | quiserem, e se tú tiveres o amor que | eu tenho te tenho Deus resolverá e eu me | casarei contigo. Amo-te de verdade | quero saber logo a solução (CA\_M\_6\_1957, grifos nossos)

Quais são, então, os contextos que favorecem a colocação pronominal pós-verbal? De início, observamos a distribuição das formas enclíticas no *corpus*, a partir do quadro 5:

<sup>12</sup> Exceto a mesóclise. Porém, devido ao fato de que não foram encontradas ocorrências de mesóclise no *corpus*, não é viável a análise desta em detrimento da ênclise.

Quadro 5: Distribuição dos acusativos na posição pós-verbal.

Acusativo	Quantidade de dados na posição pós-verbal	%
Te	12	85,7%
Você	2	14,3%
Lhe	0	0%
Total	14	100 %

Fonte: a autora

De acordo com o quadro 5, observamos a alta produtividade da forma *te* enclítica. O pronome *você*, com menor frequência, figurou como segunda estratégia mais produtiva. Esses dados de *você* enclítico podem ser explicados por uma relação de contraste com o *você* nominativo, uma vez que se o acusativo *você* fosse realizado na posição pré-verbal, assumiria a função de sujeito e não de complemento verbal. Por fim, não foram registrados dados de *lhe* enclítico.

Quanto aos contextos morfossintáticos, registramos a ocorrência de acusativos pospostos aos verbos nos seguintes casos:

- Início de sentença

(28) Se eles não | quiserem, e se tú tiveres o amor que | eu tenho te tenho Deus resolverá e eu me | casarei contigo. Amo-te de verdade | quero saber logo a solução (CA\_M\_6\_1957, grifos nossos)

- Próximo a verbos no infinitivo

(29) A presente carta é a portadora | das minhas saudades do meu amor | porque o meu pensamento vôapa = | ra junto de ti e o meu coração sente- | se feliz em te amar e não pode | [[(esquecerte)]] esquecer-te um só mo= | mento (CA\_M\_22\_SD, grifos nossos)

- Quando o acusativo foi o pronome *você*

(30) Levo [á] seu conhecimento que recebi sua | carta que veio metraser uma grande | surpresa porque você sendo noiva eu | pensava que você tinha se (~~você~~) es= | quecido de mim eu lhe digo que não | esquecerei **você** nunca pois o amor é o | mesmo (CA\_M\_3\_1956, grifos nossos)

O primeiro contexto coaduna-se ao que apregoa os compêndios gramaticais, ao normatizarem o uso da ênclise em início de sentença. Talvez o uso do objeto direto na posição enclítica, em início de sentença, esteja mais condicionado à parte da carta em que o acusativo se encontra que a tentativa de cumprir uma norma gramatical, uma vez que observamos que as ocorrências de acusativo em início de frase realizavam-se nas seções de despedida junto ao verbo amar, o que reforçaria os indícios de que a *construção te + verbo amar* se trata de uma tradição discursiva. Em relação ao segundo contexto observado, notamos a ocorrência do clítico *te* junto ao verbo esquecer, como uma forma de reforçar a ideia do comprometimento do missivista com a relação que está se estabelecendo entre o casal. Por fim, o último contexto observado corrobora a nossa afirmação da necessidade da posição enclítica do acusativo *você* para não se confundir com a função nominativa que essa forma assume.

#### 4.4 Construção *te + amar*<sup>13</sup> como indício de uma tradição discursiva

Durante a leitura das cartas, observamos a alta recorrência do clítico acusativo *te* junto ao verbo *amar*. Para confirmar a produtividade dessa construção, mapeamos a relação entre o clítico acusativo e o verbo a que o pronome se refere, a fim de verificarmos indícios de uma possível tradição discursiva. O quadro 6 expõe os resultados obtidos.

Quadro 6: Distribuição da frequência do clítico *te* em relação ao verbo predicador.

Construção <i>te + verbo</i> predicador	Quantidade de ocorrências do clítico <i>te + verbo</i>	%
Te + amar	46	79,3 %
Te + encontrar	2	3,5 %
Te + esquecer	5	8,6 %
Te + aborrecer	1	1,7 %
Te + ver	2	3,5 %
Te + convidar	1	1,7 %
Te + deixar	1	1,7 %
Total	58	100 %

Fonte: a autora

<sup>13</sup> Essa subseção não se trata de um fator controlado, mas de um desdobramento das seções anteriores, visto a necessidade de se pontuar a recorrência da construção *te+verbo amar*.

O quadro acima confirma nossa observação acerca da alta produtividade da construção *te + amar*, obtendo 79,3% de frequência. A construção *te + verbo esquecer* foi a segunda mais produtiva, seguida das construções com os verbos *encontrar, ver, aborrecer, convidar e deixar*, respectivamente. Assim, considerando a reiteração da construção *te + amar*, quantificamos as ocorrências dessa estrutura em relação à exclusividade ou alternância do sujeito nas cartas, conforme estão expostos no quadro 7 os resultados obtidos para essa relação.

Quadro 7: Quantidade de ocorrências do clítico *te + verbo amar* em cartas amorosas da década de 50.

Sujeito	Quantidade de ocorrências de <i>te + verbo amar</i>	%
Tu (exclusivo)	16/18	88,9%
Você (exclusivo)	7/9	77,78%
Tu/Você	18/24	75%
Sem referência à segunda pessoa	5/7	71,4%
Total	46/58	79,3%

Fonte: a autora

Das cartas em que o *tu*-sujeito apresentou exclusividade, foram contabilizadas 18 ocorrências do clítico *te*, sendo 16 delas a construção *te + verbo amar*. Nas demais relações entre o sujeito e o clítico acusativo, as frequências também foram altas, superando 70%. Isso pode indicar que essa construção parece tratar-se de uma tradição discursiva própria do subgênero carta de amor. O missivista faz uso da construção tanto na despedida, quanto no corpo do texto.

A despedida, por se tratar de uma parte mais conservadora da carta, favorece, de fato, a manutenção do clítico *te* junto ao verbo amar. O corpo do texto, no entanto, por ser uma parte mais flexível, passível de maior variação, também mantém essa construção ao lado de *lhe + amar*. É válido sublinhar que há nas cartas raros dados do clítico *lhe* junto ao verbo amar, conforme ilustram os excertos 31 e 32.

(31) Maria eu observei nas pala= | vras que *mandastes* dizer na carta | que *tu* ainda duvidas do meu amor | mas *você* não tem rasão de assim | se expressar porque eu **lhe amo** com | toda sinceridade e para mim, digo | sem hipocrisia só existe *você* não | tem outra môça. (CA\_M\_21\_SD, grifos nossos)

(32) *Olhe* Maria se *você* me | amar tanto como eu **lhe amo** na= | da neste mundo poderá desfazer | os nossos sonhos e estará completa | a nossa felicidade. (CA\_M\_22\_SD, grifos nossos).

É importante salientar que na carta 21, de onde retiramos o excerto 31, há a construção *lhe + amar* no corpo do texto; na despedida, porém, o missivista empregou a construção *te + amar*, o que reforçaria a ideia de essa composição tratar-se de uma tradição discursiva, uma vez que houve a manutenção dessa configuração em uma parte específica da carta.

Apesar dessas considerações, se excluirmos os dados de *te + verbo amar* de nossa contabilidade, como uma forma de tentar explicar as normas de uso da língua sem a interferência das tradições discursivas, ainda teríamos a predominância do clítico acusativo *te*, corroborando a hipótese de Lopes *et al.* (2018) ao afirmarem que o *você* se implementou com mais força no paradigma pronominal na função nominativa em detrimento de outras funções, como a acusativa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reorganização da função acusativa, após a inserção do *você* nominativo no paradigma pronominal brasileiro, incorporou formas de 2ª e 3ª pessoa. A partir da análise das formas alternantes na função acusativa em cartas escritas na década de 50, do século XX, por missivistas não ilustres do sertão pernambucano, nos propusemos a responder as seguintes

questões: i) como se deu a implementação do *você* no paradigma de segunda pessoa na função acusativa, isto é, queremos saber se haveria a resistência do clítico *te* como estratégia acusativa no Português Brasileiro frente a formas do paradigma de terceira pessoa; ii) Quais contextos morfossintáticos favorecem a ocorrência das formas alternantes na função acusativa na posição pós-verbal. Sintetizamos as respostas nos parágrafos seguintes.

No geral, foram computadas 64 estratégias acusativas. O clítico acusativo *te* apareceu em 58 casos, o clítico *lhe* em 4 e o pronome acusativo *você* em 2. Quanto à relação entre o sujeito e o acusativo, observamos a predominância do clítico *te* independentemente do sujeito empregado, confirmando nossas hipóteses em parte. Das três hipóteses, apenas uma não foi confirmada, já que quando o sujeito foi o *você* exclusivo houve a predominância do clítico *te*. Pensávamos, por outro lado, que haveria uma maior produtividade de formas de terceira pessoa. Longe de ser um problema, esses resultados só confirmam a hipótese de Lopes *et al.* (2018) ao postularem a resistência do clítico *te* na função acusativa.

No que se refere à posição do clítico, constatamos que a próclise é a posição preferida para a colocação do acusativo pelos missivistas. A posição pré-verbal figurou em 50 casos, em detrimento da pós-verbal, que se manifestou em 14. Em relação aos contextos favorecedores da ênclise, nossas hipóteses foram confirmadas, já que observamos a presença do acusativo posposto ao verbo nos seguintes casos: i) início de sentença; ii) quando acusativo foi o pronome *você*. Além disso, observamos um outro contexto morfossintático favorecedor: a proximidade com verbos no infinitivo.

Além desses resultados, é válido mencionar a alta produtividade da construção *te+amar* em nosso *corpus*. Das 58 ocorrências do clítico *te*, em 46 casos ele apareceu próximo ao verbo *amar*, o que poderia evidenciar indícios de uma tradição discursiva.

Assim, o presente estudo, longe de ser um exaustivo mapeamento descritivo do português falado no Brasil na década de 50, contribui para a compreensão da manifestação das formas alternantes na função acusativa em cartas amorosas, ainda que o *corpus* e a análise apresentem restrições. À medida que forem surgindo novos materiais, as lacunas que se apresentam nesse trabalho podem ser supridas.

É válido ressaltar que, para investigações futuras, pretendemos ampliar o escopo de investigação para cartas de amor produzidas na década de 70 e confrontar os dados das duas

décadas. Além disso, intencionamos a incorporação da teoria do poder e da solidariedade, idealizada por Brown e Gilman (1960), no aprofundamento da análise até aqui empreendida.

## **REFERÊNCIAS**

BECHARA, E. **Lições de português pela análise sintática**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.



BROWN, P; GILMAN, A. The pronouns of power and solidarity. In: SEBEOK, T. **Style in Language**. Cambridge-Mass: MIT Press, 1960.

CARVALHO, J.L.Q.; ZAVAM, A. **Tradições Discursivas**: conceitos e métodos para a análise diacrônica de gêneros LaborHistórico, Rio de Janeiro, 4 (1): 1-128, jan. | jun. 2018.

CONDE SILVESTRE, J. C. **Sociolinguística histórica**. Madrid, Gredos. 2007.

COSERIU, E. **O homem e sua linguagem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

COSTA, E.C.C. da; SILVA, C.R.T.; GOMES, V.S. **Marcas de oralidade na carta pessoal: apontando traços de tradição no discurso**. IV Simpósio Nacional de Linguagens e Gêneros Textuais, 2017.

COUTINHO, I. de L. **Gramática Histórica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1972.

CYRINO, Sonia Maria Lazzarini. **Observações sobre a aquisição de clíticos no português do Brasil**, ms, 1992.

GOMES, V.S.; LOPES, C.R. dos S. **Variação entre as formas dos paradigmas tu-você em cartas pernambucanas dos séculos XIX e XX**. Revista do Gelne: UFRN, 2014.

\_\_\_\_\_. **Formas tratamentais em cartas escritas em Pernambuco (1869-1969)**: Tradição Discursiva e sociopragmática. Relin, n°21 Minas Gerais: Periódico em letras UFMG, 2016.

JÚLIO, Tallys S. Lima. **“Maria eu observei nas palavras que mandastes dizer na carta que tu ainda duvidas do meu amor, mas você não tem razão de assim se expressar”**: a variação dos pronomes pessoais Tu e Você em cartas de amor rurais do sertão pernambucano. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Letras da UFRPE. Serra Talhada: UFRPE-UAST, 2018.

\_\_\_\_\_; ATAÍDE, C. A. **A variação diatópica dos pronomes pessoais Tu e Você em cartas de amor do sertão pernambucano do século XX**. Revista LaborHistórico. Rio de Janeiro, 4 (2): 92-103, jul. | dez. 2018.

KABATEK, Johannes. “Tradições discursivas e mudança lingüística”. In: LOBO, Tania et al (orgs.). **Para a história do português brasileiro**. Volume VI, Salvador: EDUFBA. 2006

KOCH, P.; OESTERREICHER, W. Oralidade y escrituralidad a luz de la Teoria del Lenguage. In: KOCH, P.; OESTERREICHER, W. **Lengua Hablada en La Romania**: español, francés, italiano. Madrid; Editorial Gredos, p. 20-42, 2006.

LOBATO, M. **Fábulas**. São Paulo: Globo, 2006.

LOPES, C. R. dos S.; CAVALCANTE, S. **A cronologia do voceamento no português brasileiro**: expansão de você-sujeito e retenção do clítico-te. Revista Linguística, Madrid, v. 25, p. 30-65, 2011.

LOPES, C. R. dos S. et al. **História do português brasileiro**: mudança sintática das classes de palavra: perspectiva funcionalista. Ed° 1, São Paulo: Contexto, 2018.

MAINGUENEAU, D. **Discurso literário**. Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCOTULIO, L. L. **Língua e História**: o 2° marquês do Lavradio e as estratégias lingüísticas da escrita no Brasil Colonial. v. 1. Rio de Janeiro: Ítaca Comunicações, 2010.

MENÓN, Odete P. S. O sistema pronominal do português do Brasil. Letras, Curitiba: Ed. da UFPR, n. 44, p. 91-106, 1995.

NEVES, M.H. de M. Os pronomes. In: ILARI, R. (org.). **Palavras de classe fechada**: gramática do português culto falado no Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

PATRIOTA, L. As **Tradições discursivas**: gênese e definição. Revista Encontros de Vista-Sexta edição, 2010.

ROSA, E. **Sociolingüística Histórica**. Revista de Letras - ISSN 2179-5282 - v.17, n. 21, jul./dez.– UTFPR – CURITIBA, 2015.

SOUZA, J. P. F. de. **Mapeando a entrada do você no quadro pronominal**: análise de cartas familiares dos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, C.D de. **Eu te amo, eu lhe adoro, eu quero você**: a variação das formas de acusativo de 2ª pessoa em cartas pessoais (1880-1980). Rio de Janeiro: UFRJ – FL, 2014.

TEYSSIER, Paul. **História da Língua Portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes. 2001.

Sites consultados:

<http://ledoc.com.br>. Acesso em 10 de maio de 2019.

<https://informacoesdobrasil.com.br/rua/pe/triunfo/sitio-brejinho+6490>. Acesso em 20 de junho de 2019.